

I' TALO FIORAVANTI SABO MENDES

Estudos de Direito Público

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2023

Copyright © 2023 by Ítalo Fioravanti Sabo Mendes

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M538e

Mendes, Ítalo Fioravanti Sabo
Estudos de direito público / Ítalo Fioravanti Sabo Mendes.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.
176 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2719-9

1. Direito público. 2. Direito público – Estudo e ensino.
3. Direito processual civil. 4. Direito constitucional. I. Título.

CDD 342.81

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação.....	VII
Prefácio	XIII
A dignidade da pessoa humana e o art. 8º, do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015: uma breve análise histórica a partir das constituições e dos Códigos de Processo Civil do Brasil Republicano	1
Breves apontamentos sobre os efeitos da declaração de inconstitucionalidade de norma jurídica, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.....	51
Da possibilidade do controle jurisdicional dos pressupostos constitucionais para a edição de medidas provisórias: uma breve análise de precedente do supremo Tribunal Federal à luz da filosofia política e do Direito Constitucional	65
O constitucionalismo e a razoável duração do processo: breves anotações.....	115
O Decreto-Lei nº 7.586/1945 e a Reconstrução da Justiça Eleitoral no Brasil: uma análise jurídica e político-institucional	133